

ÍNDICE

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	5
PREFÁCIO DA QUINTA EDIÇÃO	9
I LIÇÃO – INTRODUÇÃO. O SER HUMANO COMO SER FAMILIAR	11
INTRODUÇÃO	13
1. A comunidade familiar	13
2. Direito da Família	15
3. As derivas	16
3.1. A total possibilidade	16
3.2. A onipotência	17
3.3. Crise dos valores e do Direito – a subjetividade	18
3.4. O Direito da família: os direitos da pessoa como direitos absolutos	19
II LIÇÃO – OS NOMES DO DIREITO DA FAMÍLIA	21
INTRODUÇÃO	23
1. Noção Jurídica de Família	23
1.1. A família	23
1.2. As relações familiares	24
1.2.1. A relação de casamento	24
1.2.2. União de facto	25
1.2.2.1. Generalidades	28
1.2.2.2. Direito Português	28
1.2.2.3. Pessoas que vivem em economia comum	30
1.2.3. O parentesco	30
1.2.3.1. Efeitos do parentesco	31
1.2.4. Afinidade	31
1.2.4.1. Efeitos da afinidade	31

1.2.5. A adoção	32
1.2.5.1. Modalidades da adoção	33
2. O direito da família e o direito das sucessões	38
2.1. O Direito da Família e as suas divisões. O Direito não civil da família	38
2.2. O Direito das Sucessões	39
III LIÇÃO – A FAMÍLIA COMO ENTIDADE SOCIAL	41
INTRODUÇÃO	43
1. A família tradicional: família alargada ou família conjugal?	44
2. Funções da família	48
CONCLUSÃO	54
IV LIÇÃO – A FAMÍLIA COMO PROBLEMA NORMATIVO	57
INTRODUÇÃO	59
1. A família e o casamento como instituições de interesse público: o direito público da família	60
1.1. A família e a ordem	60
1.2. O enquadramento sociopolítico da família	62
2. A diminuição dos problemas normativos da família: o direito privado da família	64
2.1. A diminuição dos problemas normativos da família	64
2.2. O Direito civil da família: a privacidade e o social	68
V LIÇÃO – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DA FAMÍLIA (EM SENTIDO LATO)	71
INTRODUÇÃO	73
1. O período que decorre até ao século XII: o direito romano; as tentativas posteriores de institucionalização do casamento	74
1.1. Direito romano (casamento, filiação e regime patrimonial)	74
1.2. A “antítese” cristã	74
1.2.1. A indissolubilidade	75
1.2.2. O valor moral e os fins do casamento	76
2. A invenção do direito matrimonial	77
2.1. A invenção do Direito matrimonial (séculos XII e XIII)	77
2.1.1. O trabalho complementar: a reelaboração dos fins do casamento	78
2.1.2. O matrimónio como sacramento	80
2.1.3. O Concílio de Trento	80
2.2. A evolução do regime de bens e das regras sucessórias (estatuto patrimonial)	81

VI LIÇÃO – A DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DA FAMÍLIA: DO DIREITO PÚBLICO AO DIREITO PRIVADO	83
INTRODUÇÃO	85
1. O fracionamento da família: o desaparecimento da autoridade do pai-chefe	85
1.1. A tradição	85
1.2. O Direito da Família	88
2. A nova família – a destruição da tradição e da dominação	89
2.1. A recuperação da família pelo Direito do Estado (Direito civil)	89
2.2. Perspetivas de evolução	91
VII LIÇÃO – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO DA FAMÍLIA	95
INTRODUÇÃO	97
1. <i>Direitos de ser humano</i> (direitos da pessoa no sentido tradicional)	98
1.1. Direito à celebração do casamento	98
1.2. Direito de constituir família	100
1.3. Competência da lei civil para regular os requisitos e os efeitos do casamento e a sua dissolução, independentemente da forma de celebração	101
1.4. Admissibilidade do divórcio para quaisquer casamentos	102
1.5. Igualdade dos cônjuges quanto à sua capacidade civil e à manutenção e educação dos filhos	102
1.6. Atribuição aos pais do dever de educação dos filhos e inseparabilidade dos filhos dos seus progenitores	103
1.7. Não discriminação entre filhos nascidos no casamento e fora do casamento	104
2. Direitos dos membros da família perante o estado	105
2.1. Proteção da adoção	105
2.2. Proteção da família	105
2.3. Proteção da paternidade e da maternidade	105
2.4. Proteção da infância	106
3. Outros direitos constitucionais?	106
VIII LIÇÃO – FONTES DO DIREITO DA FAMÍLIA	109
INTRODUÇÃO	111
1. A Lei	111
1.1. A Constituição da República Portuguesa	111
1.2. Convenções internacionais	113
1.3. Código Civil	114
1.4. As outras fontes do Direito da Família	114
2. O papel do juiz e do doutor	115

IX LIÇÃO – CARACTERES DO DIREITO DA FAMÍLIA	119
1. Direito Civil ou Direito Público: o núcleo tradicional esvaziado	121
2. Institucionalismo	122
3. Coexistência, na ordem jurídica portuguesa, de direito estadual e de direito canónico na disciplina da relação matrimonial	123
4. Permeabilidade do direito da família às transformações sociais	123
5. Afetação de certas questões do direito da família a tribunais de competência especializada	125
X LIÇÃO – CARACTERES DOS DIREITOS FAMILIARES	127
INTRODUÇÃO	129
1. Os direitos familiares pessoais como direitos funcionais	129
2. Relações de associação	131
2.1. O Direito	131
2.2. O Direito da família	132
3. Carácter duradouro dos estados de família	136
4. Relatividade. O carácter relativo	136
5. Tipicidade dos direitos familiares	136
I PARTE – AS RELAÇÕES PESSOAIS NA FAMÍLIA I	
XI LIÇÃO – CONSTITUIÇÃO DA RELAÇÃO MATRIMONIAL (O CASAMENTO COMO ATO)	143
INTRODUÇÃO	145
A. O Casamento Católico	147
1. O casamento católico numa antropologia aberta	147
2. O direito do casamento católico	151
2.1. Fontes	151
2.2. O matrimónio	152
2.3. Fins do matrimónio	153
2.4. Sacramento	154
2.5. Propriedades essenciais	154
B. O Casamento Civil	157
XII LIÇÃO – O CASAMENTO CIVIL E O CASAMENTO CATÓLICO: OS SISTEMAS MATRIMONIAIS	159
INTRODUÇÃO	161
1. Os sistemas matrimoniais	163
2. A evolução do sistema matrimonial em Portugal	165
2.1. O Código Civil de 1867	165
2.2. As leis da Primeira República	166

2.3. A Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa	167
2.4. O protocolo adicional à Concordata	168
2.5. A lei da liberdade religiosa	170
XIII LIÇÃO – CARACTERES DO CASAMENTO COMO ATO E COMO ESTADO	171
INTRODUÇÃO	173
1. Caracteres do casamento como ato	173
1.1. O casamento como negócio jurídico. O casamento como contrato	173
1.2. O casamento como negócio pessoal	174
1.3. O casamento como negócio solene	174
2. Caracteres do casamento como estado	175
2.1. Unidade	175
2.2. Vocação de perpetuidade	176
XIV LIÇÃO – O CASAMENTO COMO CONTRATO: REQUISITOS DE FUNDO	179
INTRODUÇÃO	181
1. O consentimento	181
1.1. Características do consentimento	181
1.1.1. Carácter pessoal. O casamento por procuração	181
1.1.2. Carácter puro e simples do consentimento	183
1.2. Perfeição do consentimento	183
1.2.1. O casamento simulado. Referência ao erro na declaração	184
1.3. Liberdade do consentimento	185
1.3.1. Erro	186
1.3.2. Coação	187
1.3.3. Regime da anulabilidade por erro e coação	187
2. Capacidade	187
XV LIÇÃO – O CASAMENTO COMO CONTRATO: REQUISITOS DE FUNDO (CONTINUAÇÃO)	191
INTRODUÇÃO	193
1. Requisitos gerais de forma	194
1.1. Processo preliminar	194
1.2. Celebração do casamento	196
1.3. Registo do casamento	196
2. Especialidades	197
2.1. Referências aos casamentos urgentes	197
2.2. Casamento de portugueses no estrangeiro e de estrangeiros em Portugal	198

XVI LIÇÃO – INVALIDADE DO CASAMENTO	201
INTRODUÇÃO	203
1. Inexistência do casamento	203
1.1. Casos de inexistência	203
1.2. Justificação da categoria de inexistência do matrimónio	204
2. Anulabilidade do casamento. O casamento putativo	205
2.1. Anulabilidade do casamento	205
2.2. Casamento putativo	207
XVII LIÇÃO – O CASAMENTO CATÓLICO: CONSENTIMENTO E CAPACIDADE, FORMA, NULIDADE	211
INTRODUÇÃO	213
1. Consentimento. Capacidade. Forma	213
1.1. Introdução	213
1.2. Consenso	213
1.2.1. Falta ou inadequação da discrição de juízo	214
1.2.2. A incapacidade de assumir as obrigações essenciais do matrimónio (can. 1095, § 3)	215
1.2.3. Ignorância da essência do matrimónio	216
1.2.4. O temor reverencial	216
1.3. Forma	216
1.4. Capacidade	217
2. Forma do casamento em Direito português	219
3. Registo do casamento: a transcrição	220
XVIII LIÇÃO – EFEITOS PESSOAIS DO CASAMENTO	221
INTRODUÇÃO	223
1. Igualdade de direitos e deveres dos cônjuges e direção conjunta da família	224
2. Afetação do estado dos cônjuges	225
2.1. O nome	225
2.2. A nacionalidade	227
XIX LIÇÃO – DEVERES DOS CÔNJUGES	229
INTRODUÇÃO	231
1. Dever de coabitação	233
2. Dever de fidelidade	234
3. Cooperação	234
4. Dever de assistência	236
5. Dever de respeito	238

II PARTE – AS RELAÇÕES PATRIMONIAIS NA FAMÍLIA

XX LIÇÃO – O REGIME DE BENS. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	243
INTRODUÇÃO	245
1. O regime de bens e as convenções antenupciais. Características das convenções antenupciais	247
1.1. Convenção antenupcial	248
1.2. Imutabilidade das convenções antenupciais	249
1.3. Acordos antecipados de partilha dos bens comuns no casamento	252
2. Requisitos da convenção antenupcial	254
2.1. Requisitos de fundo da convenção antenupcial	254
2.2. Formalidades da convenção antenupcial	255
2.3. Invalidez das convenções antenupciais	255
2.4. Caducidade das convenções antenupciais	255
XXI LIÇÃO – REGIMES DE BENS TÍPICOS	257
INTRODUÇÃO	259
1. Regimes de comunhão. A comunhão conjugal como compropriedade?	259
1.1. A compropriedade/comunhão de mão comum	261
2. Regime da comunhão de adquiridos	262
2.1. Composição das massas patrimoniais	262
2.1.1. Bens próprios	262
2.1.2. Bens comuns	266
2.1.3. Bens adquiridos no exercício de mandato	267
2.2. Poderes de disposição	267
3. Comunhão geral	270
4. Separação de bens	270
5. O consentimento conjugal e o seu suprimento	270
XXII LIÇÃO – A COMUNHÃO DE ADQUIRIDOS COMO REGIME SUPLETIVO. CRÍTICA	273
1. O Código Civil de 1966 e o regime da comunhão de adquiridos	275
CONCLUSÃO	279
XXIII LIÇÃO – ADMINISTRAÇÃO DOS BENS DOS CÔNJUGES	281
INTRODUÇÃO	283
1. Administração dos bens	283
2. Poderes do cônjuge administrador e do cônjuge não administrador	284
2.1. Poderes do cônjuge administrador	284
2.1.1. Responsabilidade do cônjuge administrador	284

2.2. Poderes do cônjuge não administrador	285
3. Observações à administração ordinária por cada um dos cônjuges dos bens comuns	285
XXIV LIÇÃO – RESPONSABILIDADE PELAS DÍVIDAS DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DE UM CÔNJUGE	287
INTRODUÇÃO	289
1. Dívidas da exclusiva responsabilidade de um dos cônjuges (Artigo 1696º do Código Civil)	289
2. Bens do cônjuge devedor cuja administração pertence a outro	290
3. Bens adquiridos por sub-rogação	291
4. Moratória	291
XXV LIÇÃO – DÍVIDAS COMERCIAIS	295
INTRODUÇÃO	297
1. Regime Jurídico	297
2. Dívidas cambiárias	299
3. Sociedade	300
XXVI LIÇÃO – RESPONSABILIDADE POR DÍVIDAS E ADMINISTRAÇÃO E DISPOSIÇÃO DOS BENS DO CASAL	303
INTRODUÇÃO	305
1. Evolução	305
2. Reforma de 1977	306
3. Exceções	306
4. Administração ordinária dos bens comuns	306
5. Administração extraordinária	306
6. Quota social	307
7. Proventos do trabalho	307
8. Frutos dos bens próprios	308
9. Rendimentos do capital	308
10. Administração exclusiva	308
11. Remuneração do administrador	309
12. Os poderes do cônjuge administrador e a contratação de dívidas	309
XXVII LIÇÃO – ADMINISTRAÇÃO E DISPOSIÇÃO DE BENS	311
INTRODUÇÃO	313
1. Os poderes do cônjuge não administrador	313
2. A disposição de bens móveis	313
3. Disposição de bens imóveis	314

4. Alienação do estabelecimento comercial	315
5. Alienação e oneração de bens imóveis	315
6. Repúdio de heranças e legados	316
7. O consentimento	316
8. Os poderes de disposição “ <i>mortis causa</i> ”	316
9. Disposição de bens do património comum	317
XXVIII LIÇÃO – A RELEVÂNCIA DOS REGIMES DE BENS NOS QUADROS DA RESPONSABILIDADE POR DÍVIDAS	319
INTRODUÇÃO	321
1. Compensações no âmbito da responsabilidade por dívidas do casal	321
2. Alguns casos	322
3. O tratamento jurídico do passivo existente do momento da liquidação e contraído depois da dissolução do casamento	324
XXIX LIÇÃO – SEPARAÇÃO E UNIÃO DE FACTO	325
INTRODUÇÃO	327
1. Responsabilidade por dívidas na separação de facto	327
2. A responsabilidade por dívidas na união de facto	328
XXX LIÇÃO – MODIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DA RELAÇÃO MATRIMONIAL	331
INTRODUÇÃO	333
1. A separação de pessoas e bens	333
1.1. Efeitos da separação	334
1.2. Reconciliação dos cônjuges ou divórcio	335
2. Extinção da relação matrimonial	337
2.1. Direito canónico	337
2.1.1. A dissolução do casamento católico “ <i>rato e não consumado</i> ”	338
2.1.2. O Privilégio Paulino	338
2.1.3. O Privilégio Petrino	338
2.2. A morte como causa da dissolução do casamento	339
2.3. Direito Civil	339
2.3.1. O divórcio. Modalidades	339
XXXI LIÇÃO – DIVÓRCIO	341
INTRODUÇÃO	343
1. O divórcio por mútuo consentimento	343
1.1. Noção e pressupostos	343
1.2. O Processo	345

2. O divórcio sem consentimento de um dos cônjuges	346
2.1. Causas do divórcio	347
2.1.1. Causas do divórcio-sanção	347
2.1.1.1. A culpa do cônjuge requerido	348
2.1.2. As causas do divórcio-remédio	348
2.1.3. Divórcio constatação da rutura do vínculo conjugal	348
2.2. O regime atual	349
XXXII LIÇÃO – EFEITOS DO DIVÓRCIO. EXTINÇÃO DA RELAÇÃO MATRIMONIAL, INDEMNIZAÇÃO DE DANOS, DIREITO A ALIMENTOS	355
INTRODUÇÃO	357
1. Extinção dos efeitos do casamento	357
1.1. Perda de benefícios	358
1.2. Perda de direitos sucessórios	359
1.3. Partilha dos bens do casal. Casa de morada da família	359
2. Efeitos do casamento mesmo depois do divórcio/efeitos gerados pelo divórcio	362
2.1. Reparação dos danos	362
2.1.1. A Lei	362
2.1.2. Considerações gerais	363
2.1.3. O número 2 do artigo 1792º do Código Civil	365
2.1.4. Responsabilidade civil	365
2.1.5. Responsabilidade pelo divórcio	366
2.2. Prestação de alimentos	366
2.3. Destino dos filhos menores	369
2.3.1. Exercício das responsabilidades parentais	370
2.3.2. Direito de visita	372
3. Data a partir da qual se produzem os efeitos do divórcio	375
XXXIII LIÇÃO – A FILIAÇÃO COMO PROBLEMA JURÍDICO	377
INTRODUÇÃO	379
1. O estabelecimento da filiação	380
2. As relações entre pais e filhos (evolução)	381
XXXIV LIÇÃO – A FILIAÇÃO COMO PROBLEMA SOCIAL	385
1. A família como comunidade de amor e a criança	387
2. A reprodução artificial e o direito da filiação	389

XXXV LIÇÃO – ESTABELECIMENTO DA MATERNIDADE	397
1. Estabelecimento da maternidade através da menção desta no registo de nascimento do filho. Declaração de maternidade	399
1.1. Estabelecimento da maternidade através da menção desta no registo do nascimento do filho	399
1.2. Declaração da maternidade	400
1.3. Impugnação da maternidade	401
2. Averiguação oficiosa da maternidade. Reconhecimento judicial da maternidade	401
2.1. Averiguação oficiosa da maternidade	401
2.2. Reconhecimento judicial da maternidade	403
2.2.1. Reconhecimento a pedido do filho	403
2.2.2. Ação de investigação de maternidade no caso de filho nascido ou concebido na constância do matrimónio da pretensa mãe	403
2.2.3. Estabelecimento da maternidade a pedido da mãe	404
XXXVI LIÇÃO – ESTABELECIMENTO DA PATERNIDADE	405
INTRODUÇÃO	407
1. Presunção da paternidade do marido da mãe. Impugnação da paternidade	407
1.1. Presunção da paternidade do marido da mãe	407
1.1.1. Dupla presunção de paternidade: resolução	408
1.2. Impugnação da paternidade	409
1.2.1. Impugnação da paternidade do filho concebido na constância do casamento	409
1.2.2. Impugnação da paternidade do filho concebido antes do matrimónio	409
2. Perfilhação e averiguação oficiosa da paternidade	411
2.1. Perfilhação	411
XXXVII LIÇÃO – ESTABELECIMENTO DA PATERNIDADE (CONTINUAÇÃO)	415
INTRODUÇÃO	417
1. Averiguação oficiosa da paternidade	417
2. Reconhecimento judicial	418
3. Alimentos provisórios	420

XXXVIII LIÇÃO – EFEITOS DA FILIAÇÃO	421
INTRODUÇÃO	423
1. Princípios gerais	424
1.1. O nome	424
1.2. Deveres de pais e filhos	425
1.3. Responsabilidades parentais	426
2. Inibição e limitação ao exercício das responsabilidades parentais	429
2.1. Meios de suprir o exercício das responsabilidades parentais	430
XXXIX LIÇÃO – A ADOÇÃO	431
INTRODUÇÃO	433
1. A adoção plena	434
2. A adoção restrita e o apadrinhamento civil	436